Crédito para carros não terá juro menor
Pedro Souza

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prorrogou a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os veículos, o que tem barateado esses produtos e facilitado a vida dos consumidores interessados. Mas a maioria das compras é feita por meio de crédito. E, na análise de especialistas do setor e de finanças, as instituições financeiras não devem afrouxar mais a liberação desses empréstimos.

Em agosto, conforme informações do BC (Banco Central), de cerca de 50 instituições financeiras que venderam contratos de financiamentos de veículos, 20 cobraram menos do que 1,50% ao mês, em média, por essas operações. Isso com base em dados captados até o dia 20.

Em maio, quando começou a fase atual de redução do tributo para as fabricantes de veículos, essas 20 empresas cobravam até 1,80% ao mês. E, antes de abril, quando começou a competição entre os bancos por menores juros, depois de pressão do governo federal, chegava a 1,90%.

O pesquisador do Instituto Assaf e professor de Finanças da USP (Universidade de São Paulo) de Ribeirão Preto Fabiano Guasti Lima acredita que as instituições financeiras não vão diminuir mais as taxas. "Hoje, as principais delas chegam a cobrar 0,99% ao mês pelos financiamentos de veículos. E abaixo disso, talvez, comece a prejudicar os resultados."

Se houver mais reduções, serão apenas para acompanhar novas quedas na taxa básica de juros, a Selic, avalia o professor de Gestão de Concessionárias da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e da Fundação Dom Cabral Valdner Papa. "Não teremos grandes melhoras nos juros", assinala.

O presidente do Sincodiv-SP (Sindicato das Concessionárias e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo), Octavio Vallejo, também está pessimista quanto a taxas menores para financiamentos de veículos. Ele afirma que as concessionárias sofrem com a medida, já que o lucro e as comissões ficam menores. "Na minha avaliação as instituições financeiras não vão se sensibilizar com a prorrogação do IPI reduzido e facilitar o crédito para compras de veículos."

A lei da procura e da oferta também não deve contribuir para o barateamento do crédito, avalia Papa, considerando que a prorrogação se encerra no dia 31 de outubro, ou seja, o curto espaço de tempo poderá impulsionar a procura por carros. "Mesmo que ocorra uma variação intensa na demanda, não acredito que melhore", diz o professor.

Aprovações chegam a 50% dos pedidos, diz sindicato

Os consumidores correm para as concessionárias atrás de veículos. Mas muitas vezes param no muro da análise de crédito. Hoje, cerca de 50% dos pedidos de financiamentos de veículos são recusados por bancos e financeiras. "Atualmente temos visto cinco recusas para cada dez pedidos", afirma o presidente do Sincodiv-SP (Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo), Octavio Vallejo.

E esse percentual deve continuar, na avaliação de Vallejo. Para ele, a prorrogação da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) até 31 de outubro não será estímulo para que as instituições afrouxem as análises de crédito."Antes de acompanharmos a redução do imposto, a taxa de aprovação era entre três e quatro para cada dez pedidos. No auge das vendas, vimos isso subir para sete. Mas, agora, voltou para cinco, e deve se manter assim", avaliou.

Fonte: Diário do Grande ABC on-line [Portal]. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5979934/credito-para-carros-nao-tera-juro-menor.aspx>. Acesso em: 10 set. 2012.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.